
Interações entre Comunicadores Locutores e Ouvintes da Rádio Comunitária A Voz do Morro de Porto Alegre na Perspectiva da Comunicação Comunitária¹

Rodrigo Severo RODEMBUSCH²
Centro Universitário Ritter dos Reis, Porto Alegre, RS

RESUMO

Esta pesquisa realiza uma análise dos processos comunicativos entre comunicadores locutores da rádio comunitária A Voz do Morro, situada em Porto Alegre, e os comunicadores ouvintes que compõem seu público na perspectiva de construção de uma cidadania comunicacional. Como alicerce da investigação, no arcabouço teórico foram problematizados os conceitos de comunicação comunitária. Na fase sistemática da pesquisa, foram feitas entrevistas em profundidade com comunicadores locutores e ouvintes. Entre os resultados encontrados, estão pistas de uma comunicação que busca o comunitário como elemento identitário.

PALAVRAS-CHAVE: rádio comunitária; comunicação comunitária; a voz do morro.

INTRODUÇÃO

Frente a um movimento de reconfiguração a que os processos comunicacionais estão sujeitos a partir da perspectiva da presença do ambiente digital, os serviços de radiodifusão comunitária, que têm no comunicador ouvinte sua razão de existir, precisam ser problematizados quanto às possibilidades de participação que oferecem a seu público. Em uma realidade midiática hegemônica e protetora do *status quo* (COGO, 1998), as rádios comunitárias são, em um país de grande desigualdade social, como é o caso do Brasil, uma alternativa para “formação do senso crítico, estimulando a reflexão sem determiná-la” (NUNES, 2006, p.135).

Assim, como parte integrante do espectro midiático da produção de comunicação de caráter comunitário entre grupos marginalizados (MILAN, 2008) ou discriminados pela sociedade (PERUZZO, 2010), o rádio tem a capacidade de participar no processo de descentralização da informação (COGO, 1998), como o têm jornais, blogs, televisões alternativas etc. Porém, a força do meio radiofônica se dá, talvez, “pelo fato de ter um

¹ Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

² Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos). Mestre em International Media Studies (Deutsche Welle/Hochschule Bonn-Rhein-Sieg – Alemanha). Professor da Faculdade de Comunicação Social do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), e-mail: r.rodembusch@gmail.com

baixo custo, não exigir habilidades prévias de seus ouvintes, podendo ser consumido a qualquer hora e lugar” (COGO, 1998, p.98).

Para atuar como um agente contra-hegemônico, é preciso que sejam estreitados, casa vez mais, os laços entre a comunidade pela qual, para a qual e sobre a qual o serviço de radiodifusão comunitária opera. É nesse cenário que esta pesquisa se insere e se propõe a analisar a relação entre comunicadores locutores da rádio comunitária, a partir das interações comunicativas entre a RADCOM A Voz do Morro, situada em Porto Alegre, e os comunicadores ouvintes que compõem seu público na perspectiva de construção de uma comunicação comunitária. A rádio foi selecionada após pesquisa exploratória em que foram mapeados os serviços de radiodifusão comunitária da capital gaúcha e, a partir deste levantamento, realizadas entrevistas exploratórias com os respectivos comunicadores gestores, comunicadores locutores e comunicadores ouvintes. Na fase sistemática, foram realizadas entrevistas em profundidade *in loco* com três comunicadores locutores três e ouvintes, levando em conta a diversidade de vozes e formas oferecidas de participação para este estudo.

A COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Como parte da rede de conceitos que estruturam o arcabouço teórico desta pesquisa, é importante destacar a comunicação comunitária. Para tanto, é preciso refletir acerca das aproximações com o que se entende por comunicação popular. Peruzzo (2008) observa que o popular e o comunitário têm entendimentos distintos, entretanto, se assemelham – como também pensa Milan (2008) – quando dizem respeito “às lutas de segmentos subalternos por sua emancipação, mesmo havendo algumas características próprias em cada um dos processos”. (PERUZZO, 2008).

Ao avançar na reflexão acerca dos grupos subalternos, Peruzzo os entende como o povo, considerado como o protagonista principal e como destinatário (2008) da comunicação popular e comunitária. A mesma autora entende e reconhece os atravessamentos do popular com o comunitário, misturando-se e também apresentando especificidades distintas, “por exemplo, às vezes se desconecta de movimentos sociais e assume feições diversificadas quanto às bandeiras defendidas e mensagens transmitidas”. (PERUZZO, 2008).

É nesse sentido que se traça um primeiro elemento divergente entre ambos os termos trazido por Cogo (2005). Para a autora, as denominações alternativo, popular, local ou comunitário agrupam meios de comunicação latino-americanos, porém, é o último – o comunitário – que

[...] assume centralidade para definir as experiências e projetos envolvendo as mídias locais e de bairro, as mídias produzidas e geridas por comunidades e movimentos sociais organizados. O comunitário assume essa centralidade em um momento em que o cenário da comunicação e das mídias se pluraliza como resultado da reconfiguração de processos e práticas políticas, econômicas e socioculturais em âmbito nacional e internacional (2005, p.1).

A partir do pensamento de Cogo (2005), é possível distanciar a comunicação popular da comunitária pelo elemento constitutivo da segunda: a comunidade. Sem ela, não existe comunicação, diferente da experiência popular, que não necessita deste alicerce para existir. Para Campos e Barros (2012), o elemento-chave da comunicação comunitária é a doação à comunidade. Na concepção dos autores, “esse tipo de comunicação procura valorizar a cultura, tradição e história da comunidade” (2012, p.6) e recuperar a identidade individual e coletiva do espaço em que se vive. Corroboram Lahni e Coelho ao afirmarem que

[...] a participação na comunicação tem sido apontada como uma maneira de exercer a cidadania. Apesar da importância do exercício da comunicação, em especial para os jovens, os meios de massa, em geral, não oferecem espaço para que o cidadão desfrute de um direito que é seu. Também não proporcionam a reflexão do conteúdo e tampouco a participação direta na elaboração de uma mensagem. Nesse contexto, a comunicação comunitária, [...], pode ser um espaço para esse exercício (2009, p.98).

Como características do que seria uma comunicação comunitária Peruzzo (2006a, p.9) aponta: “não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de desenvolver a educação, a cultura e ampliar a cidadania”. Hadland e Thorne distinguem cinco características-chave: “ser de propriedade e controle da comunidade, por meio de seus representantes; não ter fins lucrativos; ser acessível aos integrantes da comunidade a que serve; a comunidade precisa ser geográfica ou uma comunidade de interesse; e estar a serviço de comunidades em desvantagem”. (2004, p.16)³. Já para Paiva (2003), esse tipo de comunicação tem

³ Tradução minha. Original em inglês.

como características, além das já mencionadas, um comprometimento político, a mudança nos critérios de noticiabilidade – uma vez que o que será veiculado deve interessar à comunidade, e a promoção da educação. A mesma autora, quatro anos mais tarde, sistematiza o que reconhece como pilares da perspectiva comunitária no campo comunicacional

1. A comunicação comunitária constitui uma força contra-hegemônica no campo comunicacional. 2. A comunicação comunitária atua na direção de uma estrutura polifônica. 3. A comunicação comunitária produz novas formas de linguagem. 4. A comunicação comunitária capacita-se por interferir no sistema produtivo. 5. A comunicação comunitária gera uma estrutura mais integrada entre consumidores e produtores de mensagens. 6. A Comunicação comunitária atua com o propósito primeiro da educação. 7. A Comunicação comunitária pode engendrar novas pesquisas tecnológicas. 8. A Comunicação comunitária como lugar propiciador de novas formas de reflexão sobre a comunicação (PAIVA, 2007, p.137-147)⁴.

Peruzzo também apresenta uma síntese do que entende como uma comunicação comunitária. Para a autora:

[...] quando se fala em comunicação comunitária, está implícito o sentido de um processo que envolve a participação popular autônoma, da gestão à produção de conteúdos, ou seja, trata-se de uma comunicação destinada a atender demandas locais mediante o exercício da cidadania a partir dos próprios cidadãos. Suas diferenças em relação à mídia local comercial são claras, embora possa atuar no mesmo universo territorial e temático (PERUZZO, 2006b, p.48).

Para a referida autora, a comunicação comunitária extrapola os requisitos básicos que a caracterizariam como tal e aqui já apresentados. É um processo comunicacional que, de acordo com Peruzzo, tem entre suas razões de ser a tentativa de oferecer ao cidadão a oportunidade de participação e “como protagonista, propicia a constituição de processos educacionais favoráveis ao desenvolvimento mais ágil do exercício da cidadania”. (2008). Em outras palavras, uma comunicação responsável pelos interesses da comunidade. Conforme Paiva, ela compromete “o indivíduo com o exercício de sua cidadania, que possa permitir-lhe uma atuação no seu real-histórico, podendo transformar, inclusive, sua existência e a das pessoas à sua volta”. (2003, p. 49).

⁴ Como já referido, para este estudo, algumas especificidades foram entendidas como fundamentais para o que se compreende por comunicação comunitária, o que também implica diretamente no conceito de rádio comunitária. No caso de Peruzzo (2006a) e Hadland e Thorne (2004), busco problematizar a questão do caráter comercial e da propriedade coletiva, pois não são fundamentais nesta pesquisa.

O protagonismo do cidadão é uma constante nos estudos de diversos autores, como Ribeiro e Ortiz (2007), Paiva (2003) e Lahni e Coelho (2009). Nessa perspectiva, ao cidadão é oferecido o exercício de um direito fundamental: o da comunicação. Para Ribeiro e Ortiz, a questão é “ser sujeito e não objeto da comunicação” (2007, p.5), uma realidade presente na comunicação hegemônica. Argumentam que o cidadão inserido em um sistema de comunicação comunitária deve participar de maneira ativa do meio de comunicação para, assim, construir um canal cada vez mais estreito entre cada indivíduo componente deste sistema. Nesse cenário está evidente um aspecto dinâmico e reivindicatório de acordo com os interesses comuns dos grupos. Paiva (2003) ressalta que os cidadãos ativos nos projetos de comunicação comunitária, como em rádios, podem recuperar uma ação importante na sociedade: opinar e ter voz. Quanto à participação do cidadão na mídia comunitária, Lahni e Coelho argumentam que

[...] a mídia comunitária é caracterizada pelo papel de protagonista das pessoas, pelo papel de divulgar assuntos específicos das comunidades, que geralmente são esquecidos pela grande imprensa. A estratégia usada para tal é a participação direta das pessoas do lugar. Produtor, redator e locutor são cidadãos comuns, não necessariamente profissionais (2009, p.101).

Campos e Barros salientam que uma comunicação comunitária legítima é aquela que necessariamente precisa ser “feita pelos moradores da comunidade, pois são eles que sabem a melhor forma de traduzir o assunto a todos e todas e quais são os meios mais adequados de se comunicar”. (2012, p. 7). Nesse raciocínio, Paiva conclui que “os indivíduos agrupados por interesses comuns podem retomar como cidadãos a possibilidade que lhes foi negada, de interferir nas decisões do poder público”. (2003, p. 56-57).

Ainda em relação a esta problemática e pensando a comunicação comunitária para o âmbito da rádio comunitária, Peruzzo (2005) lembra que existem emissoras de rádio “pseudocomunitárias” (2005, p.2), isto é, serviços de radiodifusão outorgados, porém, não cumpridores das funções que se esperam ser exercidas por uma RADCOM. A autora explica, portanto, que

[...] a rádio comunitária que faz jus a este nome é facilmente reconhecida pelo trabalho que desenvolve. Ou seja, transmite uma programação de interesse social vinculada à realidade local; não tem fins lucrativos; contribui para ampliar a cidadania melhorando o nível de informação, educação informal e cultura dos receptores sobre temas diretamente relacionados à sua vida; permite a participação ativa das pessoas residentes na localidade e de

representantes de movimentos sociais e de outras formas de organização coletiva na programação, nos processos de criação, no planejamento e gestão da emissora (PERUZZO, 2005, p.2).

A autora aprofunda a questão dos tipos de rádios comunitárias ao oferecer quatro modelos distintos já perspectivando, inclusive, o ambiente digital. Com referência às especificidades constitutivas de cada serviço oferecido, há rádios comunitárias legalmente constituídas, rádios livres comunitárias, rádio de alto-falante e rádios virtuais comunitárias (PERUZZO, 2010). Ainda conforme a autora, os diferentes modelos reproduzem a complexidade do campo e suas possibilidades de concretização enquanto serviços de radiodifusão, já que

[...] não há um modelo único, apesar de existirem características centrais que a caracterizam [a mídia comunitária]. Cada vez mais a comunicação comunitária vai se revelando numa pluralidade de formas e mostrando sua validade no contexto das comunidades, mesmo que não expressem mecanismos puros de autogestão (2004, p.23)

Cabe destaque, entretanto, para a introdução da realidade digital no cenário das RADCOMs. Peruzzo lembra que “a rádio comunitária neste início de século XXI incorpora com naturalidade a tecnologia de transmissão em frequência modulada e se inclui de forma crescente na internet (2010, p.4).

A RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA EM PORTO ALEGRE: A VOZ DO MORRO

O Morro Santana, na zona leste de Porto Alegre, é um bairro recente dentro do cenário constitutivo da divisão da capital gaúcha. Conforme a Secretaria Municipal da Cultura, o início da ocupação da região do Moro Santana ocorreu no século 18 e “está ligado à doação da sesmaria a Jerônimo de Ornellas e à fundação de sua fazenda”. (2017). A urbanização ocorreu nos anos 50 com a instalação de empresas. No Morro Santana destaca-se ainda a mobilização comunitária e, segundo a Secretaria Municipal da Cultura, “a primeira associação criada foi a Sociedade Beneficente Recreativa da Vila Protásio Alves – SOBREVIPA.

A Rádio A Voz do Morro (88.3 FM), não outorgada, funciona aos domingos em um espaço que era parte de uma residência na esquina entre o Acesso 20 e o Acesso 3, sem número. Sua origem ocorreu como rádio-poste por volta de 2003 – data que não pode

ser precisada pelo comunicador gestor Rodrigo Rodrigues. A RADCOM já funcionou na garagem do entrevistado. O primeiro transmissor foi instalado em uma caixa de ferramentas e outro, que substituiu o anterior, “funcionava quando ele queria, superaquecia, então tinha que colocar vários ventiladores em cima dele”, lembrou.

Quanto à outorga, Rodrigo Rodrigues é claro: “Não é a nossa maior preocupação. A rádio tem o direito de ser reconhecida, mas a gente entende que hoje, a gente teria que adequar a rádio à lei e tem muita arbitrariedade. Tem que fazer a luta para adequar a lei à realidade das rádios.” (2017). Sobre as instalações, o local passou por algumas sedes e, onde está situado hoje, é resultado de uma reforma para oferecer melhores condições para a veiculação da programação, oficinas de rádio e operação, além de ter sido espaço para aulas de pré-vestibular – que migraram para a sede da Associação de Moradores da Vila Tijuca, no Morro Santana. Quanto à programação da Voz do Morro, a rádio transmite seus programas aos domingos nos turnos tarde e noite.

Os programas podem ser ouvidos no 88.3 FM ou pela internet (<http://avozdomorro.blogspot.com.br/>). O ouvinte que perde algum programa pode recorrer ao blog - que mantém um arquivo daqueles programas que os comunicadores da Voz do Morro acreditam que sejam relevantes. Além de um conteúdo *on demand*, isto é, que pode ser acessado pelo internauta interessado, há um espaço denominado “Deixe seu Recado”. Nele é possível observar mensagens de questionamentos, dúvidas e informações sobre a rádio. A RADCOM ainda está presente, no ambiente digital, no Facebook e no microblog Twitter.

A CONSTRUÇÃO DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NA VOZ DO MORRO

O contato com os três comunicadores locutores (Luciana, Rafael e Mai)⁵ ocorreu entre os dias 15 de outubro de 2017 e 20 de dezembro do mesmo ano. O procedimento metodológico para a realização da coleta de dados da pesquisa sistemática utilizado foi uma entrevista em profundidade abordando a temática já referida. O contato com os três representantes da Voz do Morro (Fernando, Roberto e Rachel)⁶ ocorreu entre 01 de janeiro e 19 de janeiro de 2018. O procedimento metodológico para a realização da coleta

⁵ Será utilizado somente o primeiro nome dos entrevistados.

⁶ Nomes fictícios para preservar a identidade dos entrevistados.

de dados da pesquisa sistemática utilizado foi uma entrevista que teve elementos semelhantes ao roteiro aplicado aos comunicadores locutores. Entre os comunicadores da Voz do Morro existe uma clareza do papel da RADCOM, mesmo com baixa participação do público e da comunidade – dois grupos que podem ser distintos, uma vez que o público pode não ser da comunidade na qual a rádio está inserida: Morro Santana. Existe um entendimento, talvez pela trajetória política e de militância dos entrevistados, do que pode ser alcançada com uma comunicação comunitária efetiva. As respostas relativas ao lugar que as pessoas ocupam em uma comunicação que busca ser comunitária podem ser visualizadas nos trechos seguintes:

O lugar que ele quiser. Se é uma comunicação comunitária, todos devem se expressar. Se tem a rádio, a pessoa tem que ir lá. Se deu problema na rua, no posto de saúde. Eles deviam pegar essa forma de rádio comunitária e usar para expor os problemas, se mobilizar para resolver os problemas. Hoje infelizmente no Brasil só com muito barulho para tu mudar as coisas (Mai, entrevista concedida em 15 de dez. 2017).

Eu acho que o lugar pode variar. Ela pode tanto fazer um programa, quanto participar de uma transmissão ou ser entrevistada por um programa ou levar lá o seu problema e pedir para alguém falar por ela. Ela pode simplesmente escrever um bilhete e colocar embaixo da porta que a gente vai ler, ela pode botar na página uma mensagem, ocupar esse espaço de várias formas. Acho que várias pessoas ocupam de várias formas. Ela [a pessoa] pode ser super protagonista na rádio quanto ter uma participação mais esporádica (Luciana, entrevista concedida em 18 de dez. 2017).

Acredito que o lugar na prática, de um modo geral, da comunidade lá é ainda de uma indiferença muito grande. A participação é muito rara. Os ouvintes da FM. Mas pela internet tem uma audiência muito maior, principalmente nos programas gravados. O lugar deveria ser de cada morador fazer um programa. Ter uma programação 24h de segunda a sexta, mas é só domingo e tem poucos programas e alguns nem são moradores de lá, como meu exemplo. O lugar deles deveria ser mais orgânico dentro da rádio (Rafael, entrevista concedida em 19 de dez. 2017).

Os entrevistados sabem o que seria o ideal de construção comunitária de um serviço de radiodifusão. Quanto ao lugar que as pessoas devem ocupar é, ao mesmo tempo, qualquer um e todos possíveis, pois é o que uma comunicação comunitária busca: “O lugar que ele quiser” (Mai); “Eu acho que o lugar pode variar” (Luciana); e “O lugar deveria ser de cada morador fazer um programa” (Rafael). Os comunicadores entendem a RADCOM como um espaço de expressão de problemas locais, de demandas necessárias para a região, de construção de meios alternativos de comunicação. Entretanto, *Rafael* aponta, mais uma vez, que a falta de participação existe. Para ele, a programação deveria

ser diária nos sete dias da semana, porém, com o baixo número de comunicadores locutores, não é possível oferecer uma regularidade de programas.

Em síntese, pode-se ver nos depoimentos que há uma contradição entre o espaço oferecido para o protagonismo da comunidade e a falta de participação. Essa constatação é importante como elemento de reflexão; neste sentido, Castells, salienta que o ambiente digital permite que as pessoas interajam em uma “ágora pública, para expressar suas inquietações e partilhar suas esperanças. É por isso que o controle dessa ágora pública pelo povo talvez seja a questão política mais fundamental suscitada pelo seu desenvolvimento” (2003, p.135). Pouco se avança com um projeto de comunicação comunitária, como o da Voz do Morro, sem o alicerce da participação da comunidade. Castells oferece um lado da equação, o outro, depende do comunicador ouvinte.

Contudo, características da comunicação comunitária estão presentes na Voz do Morro. Como relata *Mai*, os temas têm como foco os “problemas enfrentados pela comunidade”, em referência à programação voltada para a comunidade (DEMO, 1988). Ela lembrou, ainda, que “as portas da RADCOM estão sempre abertas”, o que Milan (2008) entende como uma forma de construção de vínculo com a rádio. *Mai* salientou também a questão da pluralidade de opiniões e visões de mundo, uma vez que “todos nós temos pensamentos políticos muito diferentes; o que a gente sempre ficou livre foi de expor o que a gente pensa, mas nunca obrigando as pessoas a aceitarem, que aquilo é o correto”. Neumann (1991) traz a questão da diversidade de pensamentos como incremento da democracia. Da mesma forma, a fala de *Mai* remete ao entendimento de Cogo (1998) de que o serviço de radiodifusão comunitária como alavanca para uma sociedade mais democrática, já que possibilita a todos, o acesso a um processo de descentralização da informação.

Luciana, em referência ao que acredita ser uma comunicação comunitária, se vê como uma pessoa otimista demais (em suas palavras) porque a expectativa que tem é a de que a Voz do Morro seja utilizada em sua plenitude.

As pessoas vão ter aquilo ali como seu, como sua ferramenta de comunicação também, além das outras. Mas um instrumento seu. A rádio é minha, vou lá uso, dou meu recado, acompanho, tô por dentro das discussões. Mas não atingimos isso. Está bem longe disso. Apesar de a gente ter tido um crescimento grande. As pessoas sabem que a gente existe. Isso custou acontecer. As pessoas nem sabiam da existência da rádio. (Luciana, entrevista concedida em 18 de dez. 2017).

A comunicadora locutora já referiu anteriormente que a Voz do Morro é conhecida da região, mas não atinge o grau de participação esperado. Destacou que, com o tempo, abandonou a ideia de que as pessoas procurariam a RADOCCM e iriam automaticamente se apropriar do estúdio e participar. Mesmo assim, segue com iniciativas pontuais que possam ser convertidas em participação. *Rafael* apontou três elementos constitutivos de uma rádio comunitária que encontra na Voz do Morro.

A Voz do Morro não nos cobrou para ter espaço na rádio. Outras rádios que se diziam comunitárias a gente foi atrás e nos cobrou. Tem outras rádios que se diziam comunitárias e cobram uma formação do radialista. Uma rádio comunitária não deve cobrar isso de um comunicador. Isso é uma das diferenças. Então, qualquer pessoa que gagueja, que tem uma voz não muito simpática, que fala errado tem que ter voz numa rádio comunitária. Isso acontece. Eu sou exemplo concreto disso. Além disso, a rádio comunitária é autofinanciada, sem receber patrocínio. Não ter uma verba não é impeditivo de participar. É uma rádio bem democrática. Tem debates calorosos nos programas. Tem que ter diversidade de ideias e na Voz do Morro isso sobra (*Rafael*, entrevista concedida em 19 de dez. 2017)

Quanto aos comunicadores ouvintes, sobre a comunicação que é feita na rádio é comunitária, *Roberto* destacou o papel da Voz do Morro em tentar agregar a comunidade do entorno onde a rádio está instalada. “A rádio convida pessoas para falar para a comunidade e convida pessoas da comunidade para falar. A rádio tenta fazer uma confraternização entre essas pessoas”. O comunicador ouvinte lembrou que o próprio nome da RADCOCM traduz seu sentido principal que é o de dar voz aos moradores do Morro Santana. Tal concepção remete ao entendimento de Paiva (2003), de que os sujeitos ativos em suas comunidades, ao fazerem uso das rádios comunitárias, recuperam um espaço perdido, opinam e têm voz.

Rachel também percebe a Voz do Morro como realizadora de uma comunicação de caráter comunitário, uma vez que “é direcionada para a comunidade porque tem debates que são da comunidade, traz também claro debates que são da cidade, que são referentes aos direitos básicos de qualquer cidadão, mas sempre voltado para a comunidade”. Essa possibilidade plural de temas e participação que dialogam com as realidades internas da comunidade é fundamental para a manutenção do caráter comunitário, como aponta Neumann ao afirmar que são “veículos produzidos pela comunidade para a comunidade” (1991, p.116). Como destaca Nunes (2006) a representação plural dos habitantes na programação da rádio comunitária precisa ser levada em consideração.

Rachel foi a única que levantou a questão da linguagem, isto é, a Voz do Morro dialoga com seu público utilizando a sua língua, sua forma de falar e de se expressar: “Uma linguagem também bem voltada para a comunidade”. Dessa forma, existe uma busca por empatia, proximidade e pertencimento, mais uma estratégia da RADCOM de aproximação. *Fernando* apontou um dos elementos constitutivos dos serviços de radiodifusão comunitária: livre de pressões externas, entre elas a “instrumentalização política” (NUNES, 2006, p.127)

Ela é sim (comunitária). Está aberta para as pessoas participarem. Tem um espaço bem generoso. Mas poucas pessoas participam. O que a faz comunitária é o fato de não estar ligada a nenhuma empresa, que ela não está atrelada a uma linha ideológica, político-partidária, acho que favorece muito essa comunicação comunitária. Eu já vi que se divulga o que está acontecendo no bairro. Ela fica muito marcada. Fica bem claro que ela tem raiz naquela comunidade. Eu não sei em que medida ela faz uma comunicação efetivamente comunitária, mas que existe uma intenção nesse sentido, existe. É bastante claro (*Fernando*, entrevista concedida em 12 de jan. 2018).

Fernando levanta a questão que permeia toda a análise apresentada até o momento, seja por parte dos comunicadores locutores, seja dos comunicadores ouvintes: o que a Voz do Morro pretende, almeja como rádio comunitária e o que ela consegue concretamente realizar. Percebe-se claramente um esforço conjunto para que os objetivos propostos pela RADCOM sejam alcançados, porém, há um entrave, relacionado à própria razão de existir da emissora: a falta de participação do público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que, com base nas entrevistas, que o anseio da Voz do Morro é o de que a comunidade faça uso da RADCOM: um produto resultante do trabalho coletivo. Ao abordarem a questão da comunicação comunitária, os entrevistados demonstraram entender o papel da RADCOM em um contexto de comunicação contra-hegemônica e buscam, dentro de suas limitações, alavancar as possibilidades que um serviço de radiodifusão comunitária oferece para a comunidade. Destacaram em suas falas, entretanto, que a participação pode ser maior dos comunicadores ouvintes.

Com relação aos comunicadores ouvintes, os entrevistados percebem a rádio comunitária como um espaço que pode trazer benefícios para a comunidade. Entretanto, mais uma vez a questão da falta de participação foi levantada, o que poderia restringir

todo o esforço da RADCOM. A partir das perspectivas teóricas e das observações e entrevistas realizadas na Voz do Morro, acredita-se que os processos comunicacionais têm o caráter de uma comunicação comunitária, uma vez que busca constantemente a mobilização da comunidade no entorno da emissora e sobre temas que têm interesse para a região. É clara a intenção de comunicadores gestores e locutores de desenvolver um sentimento de pertencimento ao Morro Santana. Entretanto, a participação é muito restrita a certos programas por vínculos pessoais existentes entre os apresentadores e público fora do espaço de radiodifusão comunitária. Não existe um fluxo intenso de duas vias (comunicador locutor e comunicador ouvinte), havendo a necessidade de incremento no que tange a comunicação entre os dois sujeitos comunicantes. Mesmo com possibilidades digitais de participação não se observa uma apropriação desses meios para interagir com a RADCOM.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, L.; BARROS, L. C. **Comunicação comunitária**: essa é sua onda. Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), 2012. Disponível em: < <http://www.gta.org.br/wp-content/uploads/2012/02/cartilha-comunica%C3%A7%C3%A3o-comunit%C3%A1ria.pdf> > Acesso em: 25 mar. 2018.

CASTELLS, M. **Internet e sociedade em rede**. In: DE MORAES, D. Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003. p.255-287

COGO, D. **Mídias Comunitárias**: outros cenários e cidadanias. Rio de Janeiro: Ibase, 2005. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/1114283/midias-comunitarias---outros-cenarios-e-cidadanias>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

_____. **No Ar...uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

DEMO, P. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1988.

HADLAND, A.; THORNE, K. **The people's voice**: the development and current state of the South African small media sector. Cape Town: Human Sciences Research Council (HSRC), 2004. Disponível em: <<http://www.hsrcpress.ac.za/product.php?cat=15&freedownload=1&productid=2017>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

LAHNI, C. R.; COELHO, F. **Participação de jovens em uma comunitária autêntica e em três autorizadas de Juiz de Fora**. In: Universidade Federal da Paraíba (PPGC). Culturas midiáticas, v.2, n.1, 2009. p. 96-111.

MILAN, S. **What makes you happy? Insights into feelings and muses of community radio practitioners.** In: SCIFO, S. (Ed.): *Westminster Papers in Communication and Culture*, vol. 5, no. 1. London: University of Westminster, 2008. p.25-43. Disponível em: <<http://www.wmin.ac.uk/mad/page-1842>>. Acesso em: 20 set. 2017.

NEUMANN, L. **Educação e comunicação alternativa.** Petrópolis: Vozes, 1991.

NUNES, M. V. **As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998 – 2000)?** In: COGO, D.; MAIA, J. *Comunicação para a cidadania.* Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

PAIVA, R. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: PAIVA, R. (Org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social.** Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda., 2007. p.133-148.

_____. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo.** Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 2003.

PERUZZO, C. M. K. **Rádios Comunitárias no Brasil: da desobediência civil e particularidades às propostas aprovadas na CONFECOM.** In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 19., 2010, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.compos.com.puc-rio.br/media/g6_cicilia_peruzzo.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2018.

_____. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados.** Reelaboraões do setor. *Palavra Clave*, vol.11, n.2, diciembre, 2008.

_____. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. *Anais eletrônicos...* Brasília, 2006a.

_____. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. In: COGO, Denise; MAIA, João. **Comunicação para a cidadania.** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006b.

_____. **Rádios Comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão.** São Bernardo: Cátedra Unesco-Umesp, 2005. Disponível em: <www2.metodista.br/unesco/agora/pmc_forum_iluminando_peruzzo.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2018.

_____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE ESCOLA LATINO-AMERICANA DE COMUNICAÇÃO/ NOS PAÍSES DO MERCOSUL, 8., 2004, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo, 2004b. Disponível em: <http://www.portalgens.com.br/comcom/direito_a_comcom.pdf> Acesso em: 08 mai. 2017.

RIBEIRO, F.; ORTIZ, D. **A função social do jornalismo comunitário.** CELACOM, 2007. Disponível em: <
[http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/A_fun%C3%A7%C3%A3o_social
_do_jornalismo_comunit%C3%A1rio](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/A_fun%C3%A7%C3%A3o_social_do_jornalismo_comunit%C3%A1rio) > Acesso em: 23 jul. 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. **História dos bairros de Porto Alegre,** Porto Alegre, 2017. Disponível em
[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairr
os_de_porto_alegre.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf) Acesso em: 02 ago. 2017.